



ESPIRITO SANTO

Convocação: Vigilantes do contrato da SESA

CONVOCAÇÃO

O presidente do Sindseg-GV/ES, Serafim Gerson Camilo, convoca todos os vigilantes da empresa Vértice que atuam no contrato

da Secretaria Estadual de Saúde (SESA) para assembleia no auditório do sindicato.

Haverá uma assembleia na terça-feira, dia 27 de junho e outra na quarta-feira, dia 28 de junho com primeira chamada às nove horas e segunda chamada 09h30.

FONTE: Sindseg-GV/ES

Aprovada urgência a projeto que cria protocolo para atender vítima de assédio em boate

Proposta poderá ser votada nas próximas sessões do Plenário

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Maria do Rosário, autora do projeto de lei

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (20) o regime de urgência para o Projeto de Lei 3/23, da deputada Maria do Rosário (PT-RS) e outros, que cria o Protocolo Não é Não de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em discotecas, estabelecimentos noturnos e outros de grande circulação de pessoas.

A proposta poderá ser votada nas próximas sessões do Plenário.

Reportagem – Eduardo Piovesan

Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias

ENTENDA O PROJETO

Projeto cria protocolo para atender vítima de assédio ou violência sexual em casas noturnas

Proposta é inspirada em protocolo aplicado no caso envolvendo o jogador Daniel Alves, acusado de estupro em boate em Barcelona



Maria do Rosário, autora do projeto batizado de “Protocolo Não é Não”

O Projeto de Lei 3/23 cria um protocolo para atender mulheres vítimas de violência sexual ou assédio em discotecas, bares, restaurantes e outros espaços de lazer. O texto tramita na Câmara dos Deputados

Batizado como “Protocolo Não é Não”, ele prevê que os estabelecimentos deverão manter pessoal treinado para agir em caso de denúncia de violência ou assédio a mulher, inclusive para preservação de provas, e disponibilizar recursos para que a denunciante possa acionar a polícia ou regressar ao lar de forma segura.

Também deverão manter serviço de filmagem interna e externa, e divulgar informações sobre o protocolo, em local visível, com telefone para acesso imediato pelas vítimas. O estabelecimento que não implantar o protocolo ficará sujeito a multa.

Inspiração

O projeto é da deputada Maria do Rosário (PT-RS). Ela afirma que o “Protocolo Não é Não” é similar ao implantando na cidade de Barcelona (Espanha), conhecido como “No Callem”, para combater a violência sexual em espaços privados noturnos. O protocolo foi aplicado recentemente no episódio que envolveu o jogador de futebol Daniel Alves, acusado de estuprar uma mulher em uma boate da cidade.

“Frequentar discotecas ou estabelecimentos noturnos, eventos festivos e esportivos, bares, restaurantes ou qualquer outro estabelecimento de grande circulação de pessoas é um direito de todas as mulheres. Não pode ser lugar de assédio e violência”, disse Maria do Rosário.

“O objetivo do protocolo é proteger a vítima e prevenir episódios, mas também se estende à responsabilização do agressor, ao acionar o sistema de segurança pública”, completou.

Prioridade

Pelo projeto, o “Protocolo Não é Não” terá como prioridade o atendimento à vítima, com a finalidade de preservar sua dignidade, saúde e a integridade física e psicológica.

O texto torna direito da mulher vítima de assédio ou violência sexual o respeito às suas decisões, o pronto-atendimento pelos funcionários do estabelecimento e a proteção imediata contra o agressor. Prevê ainda uma série de procedimentos que deverão ser adotados pelo estabelecimento após a denúncia, como identificar possíveis testemunhas da agressão.

Por fim, assegura que os processos ou procedimentos que apuram violência sexual ou assédio terão prioridade na tramitação em qualquer instância.

Outras quatro propostas de teor semelhante deram entrada no mesmo dia na Câmara: PL 4/23, da deputada Dandara (PT-MG); PL 12/23, do deputado Duarte (PSB-MA); PL 14/23, da deputada Maria Arraes (Solidariedade-PE); e PL 100/23, das deputadas Fernanda Melchionna (Psol-RS) e Sâmia Bomfim (Psol-SP).

Tramitação

O projeto de lei será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; Indústria, Comércio e Serviços; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Proposta de reforma tributária é apresentada na Câmara

Proposta não prevê tributação sobre a renda, que deve ser debatida a partir do segundo semestre e regulamentada por meio de leis complementares



O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou, na quinta-feira (22), o relatório preliminar da reforma tributária para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) seja debatida na Câmara dos Deputados.

“O (Arthur) Lira (PP-AL), presidente da Câmara, quer votar a reforma tributária no plenário ainda no primeiro semestre legislativo. O tempo de debate vai ser muito curto. Por isso, é importante acompanharmos as discussões mesmo de propostas ainda inconclusivas”, alertou o secretário de Relações do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Jeferson Meira, o Jefão, que responsável da entidade pelo acompanhamento das pautas de interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional.

O que está previsto

O texto da proposta prevê a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com três alíquotas diferentes: uma padrão, uma reduzida em 50% para alguns setores (transportes, saúde, educação, produtos agropecuários, alimentos, higiene pessoal, atividades artísticas e culturais) e uma alíquota zero (medicamentos,

Prouni, produtor rural pessoa física). Outra previsão é a devolução aos consumidores de parte dos impostos pagos pelos produtos e serviços consumidos.

“Neste momento não se discute a tributação sobre a renda e a riqueza, que, para nós do movimento sindical, é um dos principais pontos da reforma, pois permitirá uma cobrança maior sobre a riqueza e sobre os rendimentos de quem ganha muito, além de isentar quem ganha pouco. A ideia é tratar sobre a partir do segundo semestre por meio de leis ordinárias”, explicou Jefão.

O texto apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro na quinta-feira determina que o governo federal terá 180 dias, a partir da promulgação da PEC, para enviar ao Congresso uma reforma na tributação da renda.

“Vamos acompanhar e fazer pressão sobre deputados e senadores para que eles não engavetem a proposta que será enviada pelo governo para a tributação sobre a renda”, disse Jefão.

FONTE: CONTRAF

Emprego formal pode crescer mais se BC baixar taxa de juro, diz economista

Desde 2013 os empregos com carteira assinada não tinham recuperação tão positiva. Para Marilane Texeira a retomada da economia com geração de emprego seria ainda maior se juros fossem mais baixos



Os empregos formais com carteira assinada cresceram no Brasil em 1,9 milhão em 12 meses de abril de 2022 a abril de 2023. Esta é a maior abertura de vagas de trabalho positivas para o período desde 2013. A recuperação da atividade econômica com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi fundamental para esse aumento.

O aumento expressivo do número do trabalho formal, no entanto, poderia ser ainda maior se as empresas, as pessoas físicas e até o governo pudessem investir mais com juros menores. Atualmente a taxa Selic, índice oficial dos juros no país está em 13,75%, a maior do mundo. Se descontada a inflação a taxa é mais de 8% de juro real.

Para a economista e pesquisadora do mundo do trabalho, Marilane Teixeira, as sinalizações da economia indicam que o índice de preços, a inflação sob controle, apesar de alguns percalços que podem acontecer em alguns setores econômicos, deveriam ser suficientes para que o Banco Central (BC) baixasse os juros. Para ela, a única explicação para se manter a Selic neste patamar é a visão neoliberal econômica do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

“O presidente do Banco Central foi colocado lá [por Bolsonaro] por ser um porta-voz do liberalismo econômico que vê a inflação como a maior inimiga da economia e inibe a demanda do consumo com altas taxas de juros”, critica a economista.

Segundo Marilane, não há nenhuma perspectiva de disparo de preços dos alimentos, ao contrário, há estabilidade em itens básicos, e até quedas como no caso dos combustíveis e, por isso, para ela, a preocupação do Banco Central com o descontrole da inflação não passa de especulação. Além disso, para ela, conviver com inflação num certo patamar não é nenhum bicho de sete cabeças.

“Ninguém prevê que os preços podem voltar a subir magicamente. Os argumentos de que há turbulência no mercado internacional com a guerra na Ucrânia, o possível aumento no preço do petróleo, tudo é especulação; não tem evidência que isso pode ocorrer. Esses argumentos podem ser utilizados tanto a favor da diminuição da Selic, como contra. Não passam de especulação”, reforça a economista.

O problema para Marilane é mais político do que econômico depois que o Congresso Nacional decidiu pela independência do Banco Central, o que impede o governo Lula de baixar os juros como vem defendendo desde a campanha eleitoral.

“O Congresso Nacional decidiu dar uma carta branca ao BC e hoje seu presidente tem mais poder do que o ministro da Fazenda e, por isso, por mais que o presidente Lula dê subsídios como, por exemplo, ao setor automotivo que tem uma cadeia ampla de outras empresas que se beneficiam, e faça o controle dos preços dos combustíveis, o que vai garantir a retomada

econômica e a geração de empregos é a redução da taxa de juros”, afirma.

A economista prossegue, dizendo que “na medida em que se reduz a taxa de juros, vai melhorando a economia porque para os empresários a diminuição da Selic é uma sinalização positiva de estabilidade econômica”.

Dívida pública

Marilane explica que a Selic pressiona as contas públicas. A cada um ponto percentual da taxa corresponde a R\$ 38 bilhões, dinheiro que o governo poderia investir em obras, gerando novas vagas de trabalho. Segundo ela, a dívida pública que não precisava estar vinculada a taxa Selic, poderia ser vinculada ao câmbio, taxa pré-fixada ou outros índices.

“O governo não está fazendo dívida nova, mas quando vence um lote o refinanciamento vem com patamares de juros elevados”, explica.

Embora não se possa fazer uma estimativa aprofundada dos setores que mais gerariam empregos, é claramente possível estimar que com menor impacto da Selic na dívida pública nos recursos do governo melhoraria o caixa e aumentariam os investimentos.

“Se esses R\$ 38 bilhões fossem investidos em obras teriam um impacto grande na economia mobilizando vários setores”, afirma Marilane.

Por outro lado, complementa, para as empresas é a mesma coisa, se o lucro for menor por causa do pagamento de empréstimos e financiamentos. o empresário vai adiar a decisão de ampliar a capacidade produtiva e ainda pegará uma parte do lucro que conseguiu para aplicar no sistema financeiro.

“Para o empresário é melhor aplicar o dinheiro com as altas taxas de juros do que investir na própria empresa e abrir novas vagas de emprego”, diz.

Os empregos formais

O Brasil abriu 1,9 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no setor privado nos últimos 12 meses até abril. Deste total 705 mil novas vagas foram criadas nos quatro primeiros meses deste ano. Já o salário médio real de admissão chegou a R\$ 2.015,58, ainda 8% abaixo do patamar visto em janeiro de 2020, de acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Em 2020, de janeiro a abril foram eliminados

947 mil empregos; em 2021 cresceu quase 900 mil recuperando a perda do ano anterior. No mesmo período de 2022 o crescimento foi de 825 mil vagas, anos de recuperação pós pandemia e agora mais 705 mil novos empregos.

“Quando se olha os anos anteriores, tirando os anos de 2021 e 2022 que deram um salto pós pandemia, o resultado dos quatro primeiros meses deste ano é o maior desde 2012. Isto é muito positivo”, ressalta.

Marilane explica ainda que a retomada dos empregos formais não está vinculada ao período, mas sim à retomada da atividade econômica do país. Do ponto de vista da dinâmica econômica, o último trimestre é o que mais gera empregos no ano por conta da proximidade com as festas de Natal e Ano Novo.

A economista ressalta que os dados de empregos com carteira assinada ficaram mais concentrados para aqueles com instrução do ensino médio completo e os salários entre um (R\$ 1.320) e 1,5 salários mínimos (R\$ 1.980), o que demonstra que a valorização do salário mínimo teve maior impacto para a grande maioria dos trabalhadores.

“O rendimento médio da admissão de abril em R\$ 2.015 foi melhor do que o mês anterior de R\$ 1.971. Apenas em agosto do ano passado o rendimento foi maior, de R\$ 2.021. Portanto, a média salarial de abril é a melhor dos últimos 12 meses”, afirma.

O setor de serviços foi o que mais gerou empregos nos quatro primeiros meses deste ano com 60% do total; a construção civil vem em segundo com 120 mil; seguido da indústria com 114 mil. Os estados em que mais geraram empregos formais estão concentrados na região Sudeste: São Paulo, Minas Gerais, seguidos pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Fonte: cut - Escrito por: Rosely Rocha

CUT debate democracia, liberdade e autonomia sindical nesta quarta (28)

Encontro ocorre às 15 horas e apontará perspectivas para superação do cenário de roubo de direitos da classe trabalhadora



Debates seguirão até outubro, quando ocorre

Às vésperas de completar 40 anos, a CUT promoverá nesta semana mais um encontro do ciclo de debates mensais sobre assuntos ligados à luta da classe trabalhadora.

Nesta quarta-feira (28), às 15 horas, a discussão terá como tema “A CUT em defesa da democracia, liberdade e autonomia sindical”. A atividade contará com a Secretária Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Central, Jandyra Uehara, e do jornalista, fotógrafo e editor do Estúdio Fluxo, Bruno Torturra, e poderá ser acompanhada pelo YouTube e Facebook.

As atividades realizadas pelas secretarias Geral e de Formação começaram em 31 de maio, com a participação do presidente Sérgio Nobre, que tratou da política de valorização do salário mínimo, e seguem até o final deste ano.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

(veja calendário completo abaixo).

Segundo Jandyra, o debate desta semana apontará, dentre outros temas, como a ascensão da extrema-direita está diretamente relacionada à falta de perspectiva e de qualidade de vida da classe trabalhadora.

“A expectativa é que avancemos na compreensão de como o enraizamento das ideias conservadoras e neofascistas estão ligadas ao neoliberalismo e à perda de direitos e de expectativa de mudanças para os trabalhadores e trabalhadoras. Não podemos perder de vista a importância de relacionarmos isso para que saibamos como agir e por quais caminhos seguir para recuperar a confiança e perspectiva de transformação”, diz a dirigente.

Participe do encontro e confira as próximas edições:

26/07

A CUT e a luta contra a fome e a defesa da soberania alimentar

30/08

O papel das mulheres na construção do sindicalismo Cutista

27/09

A CUT a defesa do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente e da transição justa

25/10

100 anos de Previdência Social e a luta da CUT pelo direito à proteção social

22/11

A CUT na luta contra o racismo estrutural

13/12

Desafios futuros para a CUT diante das novas formas de trabalho e de organização da classe trabalhadora

FONTE: CUT - Escrito por: Luiz Carvalho

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF